



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

AMBIENTE E (IN)JUSTIÇA: O RACISMO AMBIENTAL NA CONTEXTUALIZAÇÃO DE JARDIM
GRAMACHO, DUQUE DE CAXIAS/RJ

Letícia Narciso Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - leticia.narciso@fau.ufrj.br
Estudante de graduação, cursando atualmente o 10º período, com o trabalho final de graduação em andamento com a temática de Racismo Ambiental.

Eliana Rosa Queiroz Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - eliana.barbosa@fau.ufrj.br
Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestre em arquitetura e urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Professora em Ufrj

**Ambiente e (In) Justiça: o racismo ambiental na
contextualização de Jardim Gramacho, Duque de Caxias/Rj
Vulnerabilidades e Desigualdades**

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é refletir sobre o território de Jardim Gramacho, sub-bairro pertencente ao Município de Duque de Caxias, sob a lente conceitual de racismo ambiental. Jardim Gramacho é um território que sofreu grandes consequências devido à instalação e posterior desativação do Aterro Sanitário Metropolitano do Rio de Janeiro, por um período considerado o maior aterro da América Latina.

É importante ressaltar que nesse território as injustiças ambientais são consequências das desigualdades que andam lado a lado à segregação socioespacial, que por sua vez possui um claro recorte racial, pois dinâmicas territoriais e políticas determinam os locais com concentração de riquezas, infraestrutura urbana e privilégios; e, por outro lado, os lugares de concentração de carências e vulnerabilidades.

A área periférica da Região metropolitana, onde se localiza a área de estudo, é de grande importância para o desenvolvimento econômico e social do Rio de Janeiro. Historicamente, mostrou-se um território dinâmico e aberto às mudanças, pois suas áreas sofreram recorrentes modificações físicas para dar o suporte necessário ao crescimento da capital. Essas mudanças nem sempre foram positivas ou suficientes para transformá-las em áreas com estrutura urbana adequada. O que fica claro é que as áreas mais periféricas possuem dramáticas carências como índices elevados de pobreza e vulnerabilidade, conflitos ambientais, falta de infraestrutura e equipamentos, e ambientes urbanos de pouca qualidade, ou seja, são áreas que estão em constante desvantagem em relação à outras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mostrando como os danos sociais, ambientais são distribuídos de maneira desproporcional e desigual entre a população, onde os benefícios ficam para os brancos de renda média e alta e os malefícios são destinados à comunidades negras e pobres.

Para a elaboração do artigo e fundamentação dos dados apresentados, foram utilizadas referências que abordam questões raciais no urbanismo, a urbanização do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, as segregações urbanas raciais e de classe, e principalmente os impactos ambientais sofridos pela população local, como os trabalhos de GARCIA(2006); ACSELRAD(2020); e OLIVEIRA(2007), além da análise cartográfica que permite explorar diversas escalas do território, as condições físicas e transformações por ações do homem, e principalmente ajudar na identificação das carências presentes no território de estudo relacionando-as ao conceito de justiça ambiental.

Racismo Ambiental

O racismo vai além de episódios comportamentais, mas trata-se de um componente estrutural ligado à organização de uma sociedade de classe capitalista como a brasileira. A relação de raça e classe foi essencial na estruturação e organização urbana de diversas cidades do país, principalmente Rio de Janeiro que já recebeu, em um período da história, o papel de ser a Capital do país, fazendo com que a cidade tenha recebido o maior número de população escrava da América Latina na primeira metade do século XIX (Karasch 2000 apud Garcia 2006). A grande parcela da população escravizada que permaneceu na cidade foi fundamental para influenciar a história e a cultura da população negra do Rio de Janeiro, fortalecendo a formação sócio-histórica do país, que na realidade, a partir da década de 30 foi baseada no mito da democracia racial por causa da miscigenação ocorrida na história. Esse fato representa muito nos estudos urbanos, principalmente quando usamos o recorte racial para explicar segregação urbana, visto que o negro foi afastado do que era considerado belo, bom, moderno, enquanto os brancos usufruíam de áreas consideradas nobres.

O conceito de racismo ambiental surgiu nos Estados Unidos, no ano de 1981, liderado pelo ativista Dr Benjamin Franklin Chavis Jr, onde o movimento negro se mobilizou contra injustiças ambientais, devido ao grande descaso das autoridades diante da poluição das fábricas presentes em bairros negros periféricos, evidenciando a falta de interesse em proporcionar uma qualidade de vida à população negra. Segundo definição dada pelo ativista afro-americano o racismo ambiental trata-se de:

“Racismo ambiental é a discriminação racial nas políticas ambientais. É a discriminação na escolha deliberada de comunidade de cor para depositar rejeitos tóxicos e instalar indústrias poluidoras. É também não sancionar oficialmente a presença de venenos e poluentes que ameaçam as vidas das comunidades de cor. Além de ser discriminação excluir de pessoas de cor, historicamente, dos principais grupos ambientalistas, dos comitês de decisão, das comissões e das instâncias regulamentadoras.”

Fonte: EPSJV/FIOCRUZ

O movimento procura por justiça ambiental ligando raça, pobreza, poluição, problemas ambientais, desigualdades sociais à elaboração de leis, maneiras de contribuição para comunidades afetadas, conscientização popular, entre outros mecanismos de evolução. No Brasil o movimento ganhou força em 2000, através da CUT (Central Única dos Trabalhadores) com uma coleção intitulada “Sindicalismo e Justiça Ambiental” e é um movimento que vai além do racismo, pois quando consideramos as questões sociais como objeto central é

possível lutar por uma sociedade mais justa, ponto importante para que possamos identificar com mais clareza quando estiver ocorrendo casos de injustiça social, ambiental e racial.

Com a junção do movimento social mais o conceito de justiça ambiental é possível notar problemas que são transferidos para regiões desprivilegiadas, que na grande maioria são compostas por pessoas negras e pobres e que estão mais propensas a sofrerem consequências de ações provenientes de pessoas privilegiadas e de classes dominantes, residentes de áreas nobres da cidade, são as chamadas zonas de sacrifício, onde claramente há uma distribuição desigual dos usos do solo, das habitações, no desenvolvimento de infraestruturas, como acesso à saneamento básico, acesso à água, entre outros. Por isso considere-se que justiça social e ambiental se sustentam respectivamente, pois se um território possui carências de infraestrutura, possivelmente apresenta também conflitos ambientais.

Quando tratamos de injustiças ambientais, conseguimos enxergar como a distribuição socioespacial, a segregação e o preconceito estão diretamente ligados às escolhas de onde estarão presentes as indústrias poluidoras, os lixões, os aterros sanitários os lixos tóxicos na cidade e que população conviverá com as consequências dessas escolhas. Acselrad (2004) enfatiza em suas análises a importância de haver equilíbrio e respeito para toda população, como explicita o trecho abaixo:

[...] busca de tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito à elaboração desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classes, deve suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes de operações industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, locais ou tribais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão dessas políticas.

(BULLARD apud ACSELRAD,2004, p9 apud PEREIRA, 2017)

Infelizmente não é o que ocorre no Brasil, um país que apresenta desigualdades sociais e raciais, onde uma parcela da população acaba sofrendo mais danos em relação à outra. Quando falamos em danos, é importante frisar que eles podem ser de diferentes categorias, indo de problemas de saúde pública à falta de equipamentos de lazer, de saneamento, à equipamentos de educação, chegando até mesmo à falta de água potável, um item básico de sobrevivência e de direito de toda população.

O termo zona de sacrifício vem atrelado aos movimentos que buscam justiça ambiental em territórios que sofrem até hoje danos e riscos ambientais decorrentes de instalações de empreendimentos poluidores.

Um dos autores que abordam a temática de justiça ambiental, zona de sacrifício é Martinez Allier (1999) que designa “ambientalismo dos pobres” os segmentos sociais mais vulneráveis que tem a base material ameaçada. O

ambientalismo dos pobres é marcado, no Brasil, pela resistência à supremacia das intervenções no espaço pelos empreendimentos capitalistas hegemônicos. Ademais, segundo Acselrad (2001) pode-se entender que os custos ambientais foram sempre socializados e historicamente serviram como benefício do Estado para a extensão territorial capitalista brasileira.

A socialização, a localização e a distribuição espacial dos custos ambientais são estrategicamente definidas pela economia mundial. Esses espaços são definidos como zonas de sacrifício (ACSELRAD, 2004 apud PLÁCIDO, 2015), podendo ser melhor definido no trecho abaixo:

O capital [...] mostra-se cada vez mais móvel, acionando sua capacidade de escolher seus ambientes preferenciais e de forçar os sujeitos menos móveis a aceitar a degradação de seus ambientes ou submeterem-se a um deslocamento forçado para liberar ambientes favoráveis para os empreendimentos [...] o capital dispõe da capacidade de se deslocar enfraquecendo os atores sociais menos móveis e desfazendo pela chantagem da localização, noemas governamentais urbanos ou ambientais, bem como as conquistas sociais [...] assim o capital especializa gradualmente os espaços, produzindo uma divisão espacial da degradação ambiental e gerando uma crescente coincidência entre a localização de áreas degradadas e de residências e classes socioambientais dotadas de menor capacidade de se deslocar. (ACSELRAD,2004, P.32-33)

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro não foi diferente, visto que faz parte de uma territorialização capitalista, com implantação e consolidação de indústria como forma de uma política desenvolvimentista. Porém nota-se uma concentração de indústrias em áreas estratégicas da cidade, que são ironicamente áreas da Baixada Fluminense, como por exemplo a Avenida Washington Luiz que abriga o maior polo industrial do Estado, mostrando atualmente como funciona a centralização periférica, que nada mais é do que consolidação de centralidades que vão além do núcleo metropolitano, mudanças essas que ocorreram graças à circulação de mercadorias e fluxos de pessoas. Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São Gonçalo, são exemplos de grandes cidades periféricas, pois recebem fluxos intermunicipais, além de obter uma concentração de mão de obra, mas ainda são vistas como cidades dormitórios quando comparadas às áreas privilegiadas, núcleo da Região Metropolitana.

DUQUE DE CAXIAS E JARDIM GRAMACHO

Duque de Caxias é considerado o terceiro município mais populoso do Estado, segundo dados do IBGE, com a população de 855.048 habitantes no último Censo de 2010, tendo uma população estimada para 2021 de 929.449 habitantes. Além de ser o décimo quinto maior produto interno bruto do país e

de ocupar o segundo lugar no ranking de arrecadações de ICMS do Estado, estando atrás apenas da capital, mostrando assim sua grande importância para a economia do Estado. Seu crescimento econômico tem como base o refino de petróleo, graças à presença da REDUC, uma das maiores refinarias da Petrobrás; à indústria, visto que o município possui o maior parque industrial do Estado, abrigando empresas de diversos ramos como: Texaco, Sadia, Shell, White Martins, entre outras; e o comércio. Mesmo possuindo sucesso econômico, o município possui contradições entre economia e desenvolvimento social, visto que na realidade trata-se de um município marcado pelas carências devido à falta de investimentos e infraestrutura.

Em relação aos dados raciais da população residente de Duque de Caxias, há uma predominância de pessoas negras, equivalente a 57,7% da população, enquanto 41% se declaram brancos.

Duque de Caxias é dividida em quatro Distritos, e é no primeiro que se localiza o bairro de Gramacho, que se destaca por ter muitas contradições em relação à estruturação socioespacial do município devido à sua realidade repleta de carências. O bairro possui 40.000 habitantes, distribuídos em localidades como: Cohab, Morro do Cruzeiro, Morro da Placa. Essas localidades possuem estrutura urbana um pouco mais adequada, diferente de das ocupações mais recentes, como Parque Planetário, Favela do Esqueleto, entre outras, que surgiram devido à presença do aterro sanitário e que abrigam uma parcela da população sem nenhuma infraestrutura adequada, beirando à miséria. Gramacho se situa à 9,7 km do centro da cidade de Duque de Caxias e à 25 km da área central do Rio de Janeiro e diferencia-se do restante do território, pois apresenta grandes proporções de miséria.

É importante se atentar, primeiramente, em como se estrutura o entorno do bairro de Gramacho, pois é um repleto de contradições que geram desigualdades.

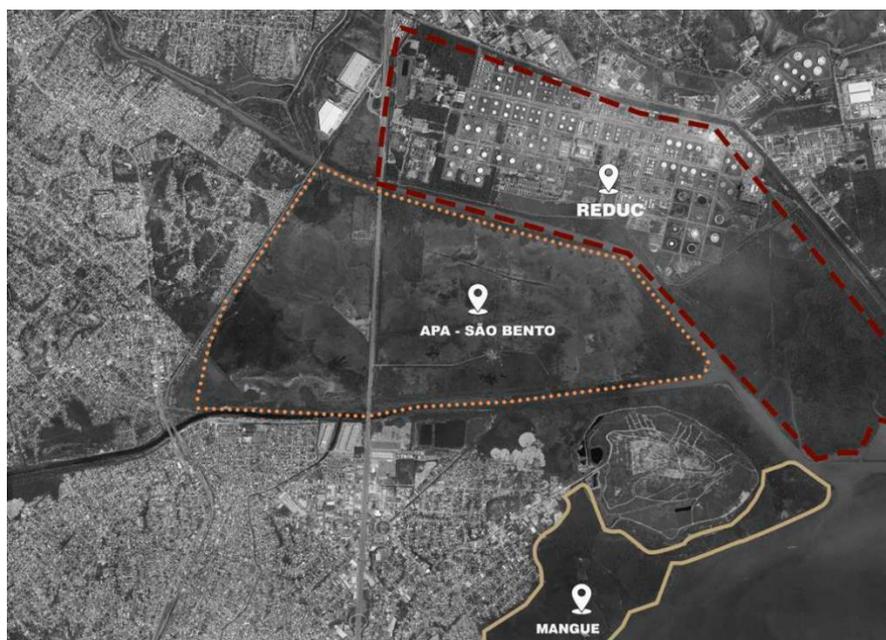


Figura 1- Jardim Gramacho e seu entorno. Fonte: elaborado pelas autoras com base em imagem de satélite do Google Earth® (2022)

Na figura 1 foram destacados três fatores que circundam esse território e ajudam a relatar as incoerências de um padrão de ocupação que caracteriza Jardim Gramacho, sub-bairro de Gramacho, como uma zona de sacrifício metropolitana. O primeiro é a presença da Refinaria de Duque de Caxias, a REDUC, refinaria que pertence à Petrobras, uma das maiores empresas do Brasil. Nela funciona polo gás químico, além de usina termelétrica. Por mais que desempenhe o maior papel para o sucesso econômico do município de Caxias, apontamos para o fato de que se localiza em um dos bairros mais precários da cidade. O lucro e a arrecadação não se rebatem em melhora das condições de vida e de habitabilidade da população do entorno, majoritariamente autodeclarada negra e parda, nem à proteção do meio ambiente. Os outros dois pontos são voltados para as contradições nas questões ambientais. Primeiro, a localização do lixão, inaugurado em 1978 e, posterior Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, em áreas próximas, em que posteriormente em 1997, foi definida a Área de Proteção de São Bento. A APA de São Bento trata-se de uma planície alagável, que atravessa uma área de mangue, além de absorver enchentes dos rios Sarapuí e Iguaçú.

Por certo tempo, a área que recebeu o maior lixão à céu aberto da América Latina, implantado através de um acordo entre a FUDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro), a COMLURB (Companhia Municipal de Limpeza Urbana) e a Prefeitura de Nilópolis. Era responsável por receber resíduos sólidos de diversos municípios, como: Rio de Janeiro, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Petrópolis, Teresópolis, Queimados e Mesquita. No ano de 1996, deixou de ser um lixão e passou a ser um aterro sanitário controlado. Estima-se que nos últimos anos, Jardim Gramacho tenha recebido mais de 75% de lixo produzido na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (SANTOS, P. F. O, 2004, p.96 apud PEREIRA. T.C.G, 2017). Esse valor era aproximadamente 8 mil toneladas de lixo por dia, sem nenhum tratamento, ressaltando que até o ano de 1995, o aterro recebia não só resíduos sólidos urbano, mas sim resíduos químicos, hospitalares e industriais, de cerca de 200 fábricas que compõem o polo industrial da Baixada Fluminense. (PEREIRA,2017) Só após esse ano esse se tornou um aterro controlado que recebia apenas resíduos sólidos e da construção civil.

A área onde localiza-se o aterro era um terreno de mangue com solo argiloso e muito instável e ficou funcionando por 34 anos, tendo suas atividades encerradas no ano de 2012. Estima-se que foram 60 milhões de toneladas de resíduos acumulados durante esses anos de funcionamento.

Seu fechamento se deu pelo excesso de resíduos e pelo registro de escorregamento dos maciços de lixo, fora as rachaduras do solo, além de não atender à legislação ambiental- Lei 12.305/2010- denominada Política Nacional de Resíduos Sólidos(PNRS),norma regulamentadora principal da questão que estabelece conceitos, princípios, formas de planejamento, atuação, gestão, tecnologias e obrigações para o poder público, o setor produtivo e a própria sociedade, entendendo haver uma responsabilidade compartilhada tanto pelo ciclo de vida dos produtos (art.6º, VII) quanto pela não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente

adequada(art.9º). Sendo importante ressaltar tudo o que está representado na lei foi pouco efetivado, ou seja, a população que sempre sofreu com as consequências da exploração que o território passou, continuou tendo sua vida influenciada, negativamente, por nunca ter recebido a infraestrutura urbana necessária, além de não terem recebido a estrutura necessária para receber um aterro sanitário de imenso porte. A decisão de localização do lixão não levou em consideração que esta área é ambientalmente sensível. Sua posterior proteção em 1997 agravou os conflitos ambientais que pressionaram pelo fechamento do aterro. Entretanto a ausência de infraestrutura, a má qualidade e ausência dos equipamentos e serviços urbanos não foram resolvidas. A retirada da atividade econômica relacionada aos resíduos sólidos acabou exacerbando conflitos sociais e ambientais, corroborando para a afirmação territorial do racismo ambiental.

O território do lixo, como ficou conhecidos, viu suas ruas sendo tomadas em mercê do funcionamento do aterro, visto que veículos de grande porte passavam pelas ruas do bairro para chegar ao destino, carregando as toneladas de resíduos. Na via principal de acesso ao lixão, chegavam a transitar dia e noite cerca de 600 veículos de grande porte e, quanto mais se diminuir o fluxo, menor investimento seria necessário para a manutenção e o recapeamento do asfalto, que era de responsabilidade da empresa operadora (BASTOS,2019, p.7).

Mesmo com todo o cenário desse território que apresenta tantas sobreposições, mais uma surge para análise: a luta pela sobrevivência. A contradição existente nas vidas das famílias que ali residem, pois com a implantação do aterro, a coleta de lixo se tornou a grande fonte de renda das famílias. Pessoas vinham de fora do município para trabalhar no lixão, e pessoas do próprio bairro tinham seu sustento diretamente da coleta de lixo. Para especialistas, os fatores negativos que o aterro agregou para aquele território se sobressaem, mas é necessário ter um olhar interseccional para entender que o lixo de certa forma foi o sustento de pessoas pobres e majoritariamente negras, pois literalmente se criou uma economia interna e uma dinâmica de comercialização de resíduos. A economia da reciclagem chegou a produzir cerca de R\$1,5 milhão/mês.

“Foram encontradas condições favoráveis, em meio à insalubridade.” (BURITY,2019, p.2)

JARDIM GRAMACHO: JANELAS PARA O RACISMO AMBIENTAL

A história do bairro está muito atrelada à implantação do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, que se tornou um território onde o maior protagonista é o lixo, esse fato somado a todos os problemas de falta de ação do poder público, fez com que o território apresentasse diversas desigualdades entre si. A desigualdade aparece em situações quando se observa que quanto mais próximo ao Aterro Sanitário mais precário é o lugar. Essas precariedades aparecem na falta de água, na falta de saneamento básico, no padrão das habitações que não são de alvenaria, entre outros.

A análise espacializada dos dados secundários do CENSO e o mapeamento da infraestrutura e dos serviços urbanos nos ajuda a entender a

formação do Jardim Gramacho e as relações entre raça, classe e (in) justiça ambiental que o este território apresenta hoje. Nos mapas abaixo observamos o percentual da população de Jardim Gramacho, com os percentuais entre autodeclarados pretos, pardos e brancos.

Percentual de Pessoas Autodeclaradas Negras



Percentual de Pessoas Autodeclaradas Pardas



Percentual de Pessoas Autodeclaradas Brancas



Figura 2- Mapas percentual racial. Fonte: MPRJ/In loco. Disponível em: <http://apps.mprj.mp.br/sistema/inloco/> (sem data)

De acordo com o mapa/figura 2 é possível notar que as regiões mais próximas ao antigo aterro, conseqüentemente as áreas mais vulneráveis, são as que possuem o menor percentual de pessoas brancas, em contrapartida o primeiro e o segundo confirmam que a população que reside naquele território do entorno do aterro trata-se de pessoas negras e pardas.

Jardim Gramacho se configura como uma área esquecida e desvalorizada pelo município. Quem olha a Rodovia Washington Luís, uma das maiores vias do Estado e a principal de Duque de Caxias, repleta de fábricas, galpões, shopping e redação de jornal não imagina como vive a população que reside atrás dessa cortina, que ajuda a mascarar a realidade. Essa via que poderia ter sido uma fonte de emprego para a população pouco influenciou na realidade daquela população, visto que uma das maiores fontes de renda da população vinha diretamente do Aterro Sanitário, através da coleta de resíduos sólidos. Muitas famílias tiravam todo seu sustento da coleta.

O aterro, capaz de comportar inadequadamente 65% do lixo vindo do Rio de Janeiro que era de aproximadamente de 8.700 toneladas de lixo por dia, trazendo sérias consequências e perigos para a população residente no bairro, era, ao mesmo tempo, o meio de levar alimento até a mesa de casa. Esses são dois lados da mesma moeda: pessoas de baixa renda, pretas, moradora de áreas periféricas recebem de forma desproporcional fatores negativos. Quando uma família depende do lixo para sobreviver, as políticas públicas não estão chegando de forma devida a esses locais, muito menos sendo eficiente. E onde o poder público não chega há desigualdades, há pobreza, há falta de serviços básicos, entre outros.

A questão ambiental é uma questão global, atualmente o mundo está sofrendo consequências drásticas devido às nossas escolhas. A poluição desenfreada, o poder político ausente ou conivente, entre outros, são alguns dos fatores que ajudam a compor essa nossa realidade. No Brasil a situação anda crítica e quem paga o preço, é quem está no outro lado da moeda, a população.

O poder público dificilmente olha para a parcela da população que é vista como vulnerável. Lixos, resíduos tóxicos jogados em áreas sem o devido tratamento; pessoas vivendo em áreas de risco de deslizamento; liberação de agrotóxicos; desmatamentos em áreas de preservação, são alguns casos que afetam diretamente grupos sociais de menores recursos financeiros, políticos e informacionais.

O Jardim Gramacho foi o território escolhido para reter a aproximação do resíduo sólido na Região Metropolitana por mais de três décadas, configurando-se como uma zona de sacrifício, uma dinâmica que não se encerrou com o fechamento do aterro, essa prática está diretamente ligada ao fato de que o espaço urbano é organizado de uma forma desigual, favorecendo quem possui a concentração do capital, revelando assim o que já é visível: há distância social entre os sujeitos, seja econômica, racial ou social, principalmente em um país onde foi implantado o mito da democracia racial.

É importante cruzar as vertentes raça e classe, visto que a população negra é geralmente colocada em situação de pobreza, com uma difícil inclusão social. Sendo assim,

“A pobreza não é um fenômeno inscrito na natureza das coisas, mas sim um produto de processos sociais precisos de desposseção (da terra, dos instrumentos de trabalho, de capital cultural, enfim, dos meios que permitam a reprodução das condições de existência), disciplinamento (dos corpos e das mentalidades) e exploração (da força de trabalho) para produção de bens e riquezas que são apropriados por outrem. Esse esquema, grosso modo, é um dos motores centrais da produção da desigualdade social e, conseqüentemente, da pobreza, seu efeito mais visível. Assim, a pobreza não é um estado, mas um efeito, fruto de um processo social determinado e com características próprias” (ACSELRAD et al., 2009, p. 76 APUD NATALIA BURITY).

A presença do aterro foi decisiva para a paisagem e para as vidas locais, houve ocupações de moradias improvisadas. As inseguranças que o aterro transpassava eram múltiplas, como o despejo de resíduos hospitalares e

industriais, o aumento de depósitos clandestinos e vazadouros no entorno do aterro, rupturas do solo e um dos mais graves: vazamento de chorume.

Não se pode negar que há a necessidade de um destino final para o lixo, assim como sua coleta e reciclagem, para que possamos ter um equilíbrio e não sermos engolidos pelos rejeitos, pois a situação seria bem pior para a poluição ambiental, mas não esquecendo que a prática de aproximar ou afastar o resíduo está diretamente ligada à organização desigual de quem retém o capital.

Entendidas as dinâmicas que culminaram na estruturação do sub-bairro Jardim Gramacho, apresentamos aqui duas janelas que nos permitem observar as dinâmicas urbanas e a transformação do território durante o tempo em que o aterro sanitário esteve em funcionamento e posterior ao seu fechamento. As janelas foram escolhidas por se localizarem em áreas ambientalmente sensíveis. A norte a Janela 1 mostra uma área limítrofe da urbanização precária do bairro no início da década de 2000, próxima ao córrego. A janela 2 foi escolhida por estar localizada em área de mangue.

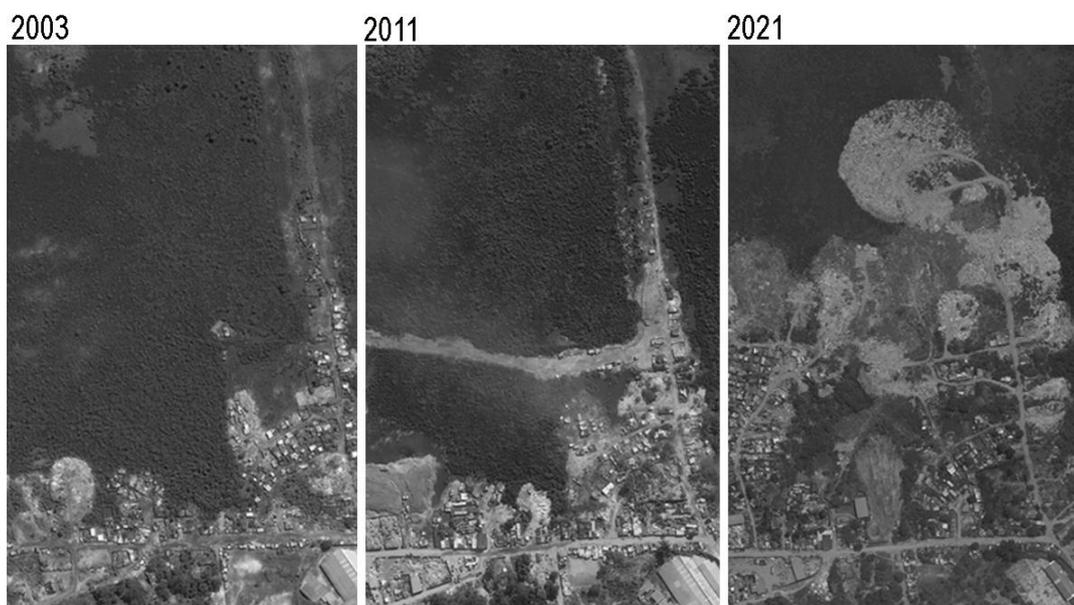


Figura 3.0

Figura 3.1

Figura 3.2

Figura 3.0;3.2 e 3.3- Recorte do território de Jardim Gramacho. Fonte: elaborado pelas autoras com base em imagem de satélite do Google Earth® (2022)

A implantação do Aterro Sanitário ocasionou diversas consequências para aquele local, principalmente em áreas próximas à ele, é o caso da janela de recorte, localizada na área conhecida como Parque Planetário.

As figuras, 3.0;3.1 e 3.2 mostram como o território se comportou com o passar do tempo, considerando o fechamento do Aterro, no ano de 2012. Nota-se mudanças físicas drásticas, nos anos de 2003, 2011 e 2021, logo podemos concluir que não só com o aterro ativo existe degradação ambiental e vulnerabilidade, e sim, que seus impactos perpetuam pelo território.

A figura 3.2 representa o território mais atual, com uma diferença de 9 anos da desativação do Aterro, e incrivelmente é o pior cenário dentre os analisados. Uma das promessas dos governantes seria um projeto urbano para o local, a fim de levar qualidade de vida para os moradores e de contribuir de alguma forma com o meio ambiente, visto que o projeto continha um olhar ecológico para a área. Mas, é notório que as promessas nunca foram cumpridas.

O local ficou bem mais desassistido, pelo poder público, abrindo brechas para depósitos clandestinos e circulação de lixo indevida como observamos na imagem aérea atual.

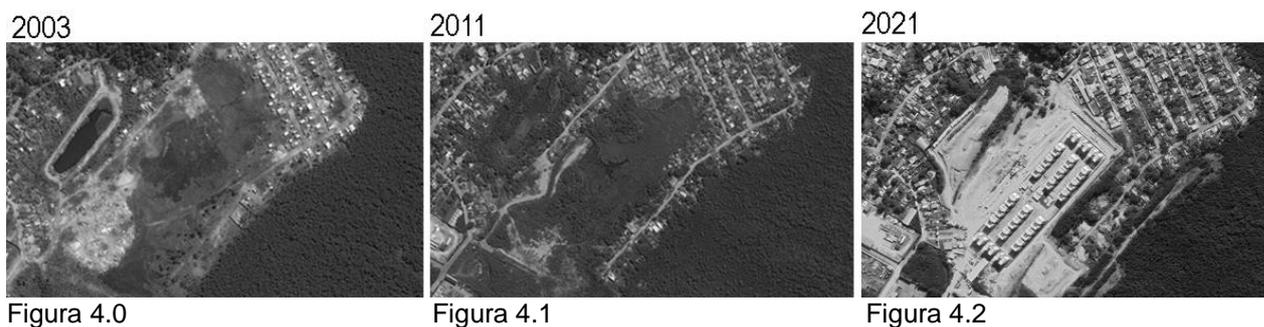


Figura 4.0

Figura 4.1

Figura 4.2

Figura 4.0;4.1 e 4.2 - Recorte do território de Jardim Gramacho. Fonte: elaborado pelas autoras com base em imagem de satélite do Google Earth® (2022)

No segundo recorte podemos ver uma área ao lado do mangue que beira a Baía de Guanabara, possível área aterrada, visto que esse território passou por diversos processos de aterro, com a finalidade de expansão territorial e populacional. Na figura 4.1, referente ao ano de 2011 nota-se um tímido avanço de reflorestamento. Porém nota-se que 10 anos depois esse avanço foi totalmente deixado de lado, para dar lugar à um grande empreendimento imobiliário.

Esse processo é muito comum em áreas desassistidas pelo poder público, e acaba sendo a abertura de caminhos para a construção irregular, que culturalmente já faz parte da realidade periférica do Rio de Janeiro. Além disso, as dinâmicas imobiliárias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro na última década pressionaram as áreas periféricas, menos equipadas, a receber grandes conjuntos habitacionais populares. Independente da modalidade de implantação desse grande empreendimento, é preocupante o adensamento populacional em área de preservação e ambientalmente sensível.

CONCLUSÃO

O Brasil é um país onde o racismo estrutural se fez presente por toda sua história. Ele estruturou todas as camadas da sociedade e as consequências nos acompanham por gerações e gerações. O mito da democracia racial compactua para que haja mais segregações.

E o racismo ambiental tem como base a segregação, onde uma parcela da população, que é composta por pessoas pretas e pobres, sofre cotidianamente por atos e escolhas de pessoas que estão de posse do privilégio, pois a classe dominante se apossou de toda vantagem, econômica, social para conseguir manter no topo de quem usufrui, lucra e descarta.

O Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, recebia toneladas de lixo diariamente, e as dinâmicas envolvidas na escolha da sua localização, na sua implantação e posterior fechamento exemplificam as Zonas de Sacrifício da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A presente pesquisa, através de aproximações cartográficas, teve como objetivos expor e denunciar dinâmicas urbanas permeadas pela noção de racismo ambiental. As janelas para o racismo ambiental aqui apresentadas nos mostram que mesmo quando questões ambientais são supostamente remediadas como o fechamento do aterro em Jd. Gramacho, apenas com uma leitura interseccional do território, levando em consideração, classe e raça, podemos verdadeiramente explicar como o racismo estrutural se rebate no território contemporâneo do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambiente, desigualdade e racismo. Racismo Ambiental, 2020. Disponível em: Acesso em 20. Ago.2021

ACSELRAD, Henri. Cartografias Sociais e Território. IPPUR/UFRJ,2008.

BURITY, Nathália; DAMASCO, Fernando; GIANNELLA, Letícia. Resíduos sólidos e racismo ambiental: O caso de Jardim Gramacho, Duque de Caxias/Rj. XIII, ENANPEGE,2019.

BURITY, Nathália; DAMASCO, Fernando; GIANNELLA, Letícia. Espaço Urbano e (In)justiça ambiental no entorno do antigo Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, Duque de Caxias/Rj. Revista Continentes, UFRRJ, 2019.

GARCIA, Antônia dos Santos. Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas Capitais: Salvador, cidade d' Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum; Tese de Doutorado em Urbanismo, Rio de Janeiro, 2006.

IBGE Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/>> Mapa da desigualdade: Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Casa Fluminense, 2020. Disponível em. Acesso em 27. ago.2021

OLIVEIRA, Michele Lima de. Caracterização dos impactos socioambientais no entorno do aterro controlado de Jardim Gramacho, Município de Duque de Caxias. Tese de Graduação em Geografia, Duque de Caxias, 2007.

VESCINA, Laura Mariana. Projeto Urbano Paisagem e Representação; Tese de Doutorado em Urbanismo; Rio de Janeiro, 2010. PACHECO, Tania. Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: Uma luta que transcende a cor, 2007 Disponível em: < <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>>

PACHECO, Tania. Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: Uma luta que transcende a cor, 2007 Disponível em: < <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>>

PEREIRA, Tatiana Cotta Gonçalves. Sustentabilidade e Justiça Ambiental na Baixada Fluminense: identificando problemas ambientais a partir das demandas ao Ministério Público. 2013

PEREIRA, Tatiana Cotta Gonçalves. Política Nacional de Resíduos Sólidos e um caso de injustiça ambiental como seu efeito socioespacial: a construção do aterro sanitário de Seropédica. São Paulo, 2017

PLÁCIDO, Patrícia de Oliveira. O território de Itaguaí/Rj como “Zona de Sacrifício” ou “Paraíso de Poluição”. Rio de Janeiro, 2015

SILVA, Lays Helena Paes e. Ambiente e Justiça: sobre a utilidade do conceito de Racismo Ambiental no com/texto brasileiro. E-Caderno CES, 2012.

SIMAN, Frederico Magalhães; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. Entrevista com o professor Henri Acselrad. Rever - Revista de Extensão e Estudos Rurais. (sem data)